

UM OLHAR DA COMUNIDADE ESCOLAR E DE PAIS SOBRE A VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR E ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS

Autor: Ana Paula Peixoto de Almeida, UNISAL, ana_dealmeida@outlook.com

Co-autores: Profa. Dra. Sonia Maria Ferreira Koehler, UNISAL (soniakoebler@hotmail.com); Joviane Marcondelli Dias Maia, UNISAL, (jovianemaia@yahoo.com.br).

Agência ou instituição Financiadora: CNPq

Eixo Temático: CULTURA DE PAZ, CULTURAS DE VIOLÊNCIA

INTRODUÇÃO

No Brasil, é previsto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e suas atualizações, que todas as pessoas têm os mesmos direitos a educação básica (Educação Infantil, Ensinos Fundamentais e Ensino Médio). Essa educação além de universalizada, também deve ser igualmente oportunizada e são deixados claros os direitos dos alunos com necessidades educativas específicas de terem não só currículo adaptado, mas que seja amparado pelas técnicas necessárias para o seu melhor aproveitamento escolar.

De acordo com Peralva (1997, apud ABRAMOVAY; RUA, 2002) a violência é um fenômeno urbano, interno à escola e que se sustenta na incivilidade, em contraponto à civilidade. Percebe-se que a sociedade não lida bem com as diferenças, e a escola tem seguido o mesmo caminho. As necessidades educativas específicas são estigmatizadas por serem vistas como um “diferente fora do normal”, já que outras diferenças não são sempre estigmatizadas ou perseguidas ou, ainda, excluídas. Esse estigma pode ser usado como um fator que desencadeia a violência.

Assim, nesse estudo, objetivou-se conhecer no contexto da Escola Regular, as interações sociais de três alunos, do Ensino Fundamental I, com necessidades educativas específicas e seus pares, e com seus professores, de acordo com professores, gestores, pais e observações, bem como buscou-se caracterizar a possível ocorrência de violência escolar.

MÉTODO

A pesquisa envolveu três alunos (dois do sexo masculino [P2 e P3] e um do sexo feminino[P1]) com necessidades educativas específicas (um autista [P2], um deficiente

intelectual [P3] e a aluna sem diagnóstico [P1] até o momento da pesquisa) inseridos no Ensino Fundamental I, em uma Escola Regular da Rede Municipal de ensino de uma cidade de pequeno porte do interior do estado de São Paulo. Além disso envolveu, também, a coordenadora pedagógica, vice-diretora e diretora (coordenação e gestão da escola), os professores (duas professoras do sexo feminino) e responsáveis (duas mães) dos alunos com necessidades educativas específicas. Os instrumentos utilizados foram nomeados como: Roteiro de observação das interações dos participantes, Roteiro de questões sobre a atuação da escola, Questionário sobre a violência escolar para os gestores, Questionário sobre a atuação dos professores e Questionário sobre violência escolar para os responsáveis. Em termos metodológicos, se caracteriza por ser quantitativa e qualitativa, de forma a conhecer o fenômeno analisado tanto em nível de abrangência como em termos de algumas de suas especificidades.

RESULTADOS

A escola se localizava em um bairro socioeconomicamente pertencente a classe média baixa, com uma média de 400 alunos. Os dados coletados com os alunos participantes por meio da observação estruturada apontaram que os três alunos se enquadravam em fatores de risco como: baixas capacidades cognitivas e sociais, a dificuldades de comunicação verbal e não verbal e a dependência de outras pessoas para tarefas básicas.

Quanto aos gestores, percebeu-se que haviam divergências sobre o quadro da inclusão na escola, com momentos nos quais não sabiam classifica-la ou dizer sua importância. Não foram coletados os dados dos responsáveis e professor do aluno P2, pois esses não se fizeram disponíveis quando contatados. Os professores apresentaram-se de forma contrastante, com ideias bastante opostas sobre a efetividade e necessidade da inclusão. A professora da aluna P1 apresentou ideias vagas sobre a forma como a aluna interagia, mesmo quando perguntada sobre a existência de incidentes de violência escolar, alegou não ter presenciado nenhum. Já a professora do aluno P3 apontou, exemplificando com o relato de uma situação ocorrida com o aluno, que as relações na sala de aula são desiguais e que ocorrem momentos nos quais há violência entre os pares (bullying). Os responsáveis (mães) apresentaram ideias ora distintas e ora parecidas sobre a situação de seus filhos na escola. A mãe da aluna P1 apontou problemas de comunicação com a escola, momentos nos quais sua filha era culpabilizada por ações de outros alunos e que não percebeu a inclusão como efetiva. Já a mãe do aluno P3 relatou que sua comunicação é geralmente feita por meio de conversas informais com a professora de seu

filho e que houveram momentos de violência contra ele no passado, mas não no ano em que a pesquisa estava sendo feita.

Através do olhar da comunidade escolar, pode-se observar que alguns consideram esses alunos como vítimas do bullying (principalmente na fala da professora do aluno P3). A mãe da aluna P1 apontou, também, que havia momentos nos quais sua filha era culpabilizada por ações na escola, o que poderia ser considerado na visão dela como injusto. Percebeu-se que havia falta no conhecimento de conceitos, seja por gestores, professores ou responsáveis envolvidos.

DISCUSSÃO

De acordo com os resultados encontrados, pode-se destacar, dentro do microcosmo analisado, que a inclusão não estava sendo aproveitada de forma efetiva na escola estudada. Os alunos ainda se encontravam segregados, mesmo que dividissem o espaço com as outras crianças, sendo necessária uma ação mais elaborada e coordenada para a socialização e desenvolvimento desses alunos. A comunidade escolar deve, por inteiro, perceber e colaborar com a inclusão, não sendo alheia a ela, não delegando papéis a esse ou aquele profissional.

Os gestores, professores e responsáveis não encontravam formas de lidar com essas crianças, faltava informações sobre como agir, o que fazer ou quem deveria fazer. Não se percebeu nenhum dos envolvidos como alguém que servisse como apoio para esses alunos ou seus responsáveis. É de extrema urgência a instrumentalização da comunidade escolar para minimizar os fatores de risco observados.

A escola é um lugar onde tensões sociais, familiares e culturais se encontram, é um lugar no qual a diversidade está sempre presente e cria uma forma de novo caos na vida dos seus, então, alunos.

As necessidades educativas específicas não devem ser vistas como limitações, mas trabalhadas em sociedade e a escola tem um papel fundamental quando se depara com seres em formação de conhecimento de mundo e do outro. A escola deve instruir e colaborar ativamente para a inclusão de todos os alunos e de todas as diferenças, reforçando a dignidade.

Palavras chaves: Educação; violência; inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 8 abr. 2014.

ABRAMOVAY, M., RUA, M. das G. Violências nas escolas. UNESCO, Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME. Brasília, 2002.